



Bolsas	Pontuação B3	Salário mínimo	Dólar	Euro	Capital de giro	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias		Últimas cotações (em R\$)	Comercial, venda na segunda-feira	Na segunda-feira	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
2,73% São Paulo 2,79% Nova York	108.368 102.598 8/69/610/613/6	R\$ 1.212	7/junho4,874 8/junho4,890 9/junho4,915 10/junho4,988	R\$ 5,325	6,76%	13,12%	Janeiro/20220,54 Fevereiro/20221,01 Março/20221,62 Abril/20221,06 Maió/20220,47

MERCADOS / Medo de alta mais forte de juros nos Estados Unidos e incertezas com mudanças do ICMS sobre combustíveis, no Brasil, levam investidores a fugir de aplicações de risco. Copom deve elevar Selic amanhã

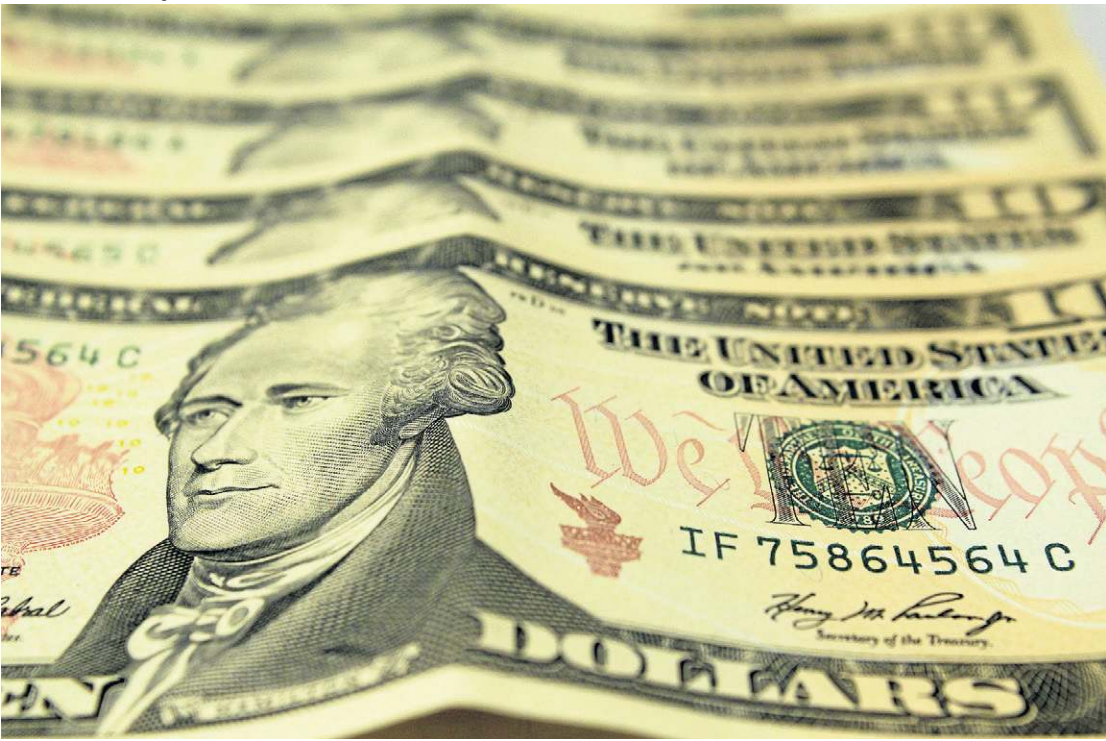
Dólar vai a R\$ 5,11 e Bolsa despensa

» JOÃO GABRIEL FREITAS*
» RAPHAEL PATI*

O clima de nervosismo no mercado financeiro fez o dólar disparar, novamente, ontem, e terminar o dia cotado a R\$ 5,11, com alta de 2,54%. Foi o sexto aumento seguido da moeda norte-americana, que chegou a R\$ 5,13 por volta das 12h. Já o Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) desabou 2,73%. O cenário negativo acontece em meio a uma semana decisiva para a economia global, diante da possibilidade de que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) acelere a alta de juros para conter a maior onda de inflação no país em 41 anos. No Brasil, o O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, se reunirá hoje e amanhã para decidir sobre a taxa básica, a Selic. A expectativa é de que a taxa, atualmente em 12,75% ao ano, seja elevada para 13,25%, e a alta pode não parar por aí. Para o economista Robson Gonçalves, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a inflação está

resistente ao aumento de juros por conta da escassez de commodities e da energia em todo o mundo. “Isso se dá, também, por toda a questão de Ucrânia e Rússia, que são grandes exportadores, mas estão gerando muita incerteza. Então, espera-se uma estabilização do cenário inflacionário apenas quando a especulação de commodities diminuir”, afirmou. A alta de juros nos Estados Unidos tem pesado sobre o confiança de investidores no mundo todo. O BC norte-americano deve subir a taxa dos chamados Fed Funds, atualmente na faixa de 0,5% a 1% em reunião também prevista para esta quarta-feira. No mercado, as previsões de alta vão de 0,5 a até 0,75 ponto percentual. O temor, porém, é que uma elevação muito acentuada acabe por levar o país a uma recessão. Por conta disso, o Índice Dow Jones da Bolsa de Nova York despencou 2,79%, ontem. “Tanto para o Federal Reserve quanto para o Banco Central do Brasil é praticamente certo que vão subir os juros para conter a crise de inflação. A tensão

Marcos Santos/USP Imagens



Moeda norte-americana teve o sexto aumento consecutivo e, durante a sessão, chegou a alcançar R\$ 5,13

internacional é por conta da magnitude do ciclo de alta. Caso o aumento seja mais forte nos Estados Unidos, pode haver fuga de

capitais (de países emergentes, como o Brasil) e, aí haveria impacto no mundo todo”, explicou Robson Gonçalves.

ICMS
Outro fator que movimentou o mercado ontem foi a expectativa

sobre o projeto de lei 18/2022, que fixa a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis em 17%. O texto básico do projeto foi aprovado ontem à noite pelo Senado e passará por nova notação na Câmara. O assunto é alvo de debate entre o Executivo e governadores, que temem uma perda de arrecadação estimada entre R\$ 26 bilhões e R\$ 41 bilhões apenas neste ano, o que pode desorganizar as contas públicas. Na visão do economista Julio Hegedus Netto, se for aprovado, o projeto, ele deve ter pouco efeito prático no preço final ao consumidor. “O reajuste vem muito mais forte ano que vem, quando o próximo governo colocar o ICMS no preço do combustível. Por agora, é uma medida artificial. Se você tirasse o imposto, sim, teria impacto no resultado final. Porém, esse PLP talvez diminua um ponto percentual. É desesperada, uma medida política”, analisou. *** Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo**

ELETROBRAS

Novas regras para tarifas

» MICHELLE PORTELA

Com a privatização da Eletrobras, a empresa e o governo devem negociar novos contratos de concessão de 22 usinas hidrelétricas, que poderão vender energia a preços de mercado, no Ambiente de Comercialização Livre. O tema amplia o debate sobre a

privatização, que será sacramentada hoje em evento na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). A chamada cerimônia do Toque de Campanha está agendada para as 12h30 desta terça-feira, com a presença do presidente Jair Bolsonaro (PL), do ministro da Economia, Paulo Guedes, e o de Minas e Energia,

Adolfo Sachsida. Outras autoridades também são aguardadas, como o presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp. A chamada “descotização” das usinas pode ter reflexo nas tarifas de energia a partir do próximo ano, uma vez que o valor do megawatt/hora, que atualmente é baixo por força dos contratos em

vigor com as distribuidoras, pasará a ter valor de mercado. A mudança foi regulamentada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que estabeleceu o valor relativo à concessão das 22 usinas hidrelétricas em R\$ 67 bilhões. Desse total, a Eletrobras pagará R\$ 25,3 bilhões à União, em uma única parcela, a título de bonificação pela outorga dos novos contratos, com prazo de 30 anos. Os novos contratos, esperados

para julho, preveem que parte das hidrelétricas saia do atual regime de cotas, que só remunera operação e manutenção, repassando o risco hidrológico ao consumidor. No entanto, a migração se dará de forma gradual, para evitar impactos nas tarifas dos consumidores, ao ritmo de 20% por ano, com início em 1º de janeiro de 2023. O tema ainda é motivo de debates na Câmara dos Deputados. O Projeto de Decreto Legislativo

(PDL) 19/22, que propõe suspender as duas resoluções do CNPE, está na Comissão de Minas e Energia, e tem como relator o deputado federal Felipe Francischini (União-PR). Embora o projeto ande lentamente na Câmara, o impacto da “descotização” ainda pode ser amortizado pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial que prevê recursos para o custeio de várias políticas públicas do setor elétrico.



RAUL VELLOSO

POR TRÁS DA QUEDA DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS, ESTÁ A DISPARADA, ESPECIALMENTE DE 2006 PARA CÁ, DOS DEFICITS PREVIDENCIÁRIOS DA GRANDE MAIORIA DOS ENTES DA FEDERAÇÃO, QUE SE VIRAM INSTADOS A CORTAR PESADAMENTE OS INVESTIMENTOS PARA NÃO PREJUDICAR OS PAGAMENTOS A APOSENTADOS E PENSIONISTAS

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Ajustar a previdência para crescer

A OCDE acaba de divulgar suas projeções para o crescimento da economia mundial em 2022, com uma das taxas mais baixas para o Brasil: Venezuela, 6,1%; Argentina, 3,6%; mundo, 3%; México, 1,9%; e Brasil, 0,6%. Como causas em destaque no nosso caso, citou o forte aumento dos gastos públicos, inclusive auxílios aos mais pobres, e juros altos para combater a inflação. Esta, por sua vez, se destaca no Brasil com a taxa acumulada, em 2022, de 9,7%, em contraste com os demais indicados: OCDE, 8,8%; EUA, 7,0%; e China, 2,0%. OCDE à parte, repito minha visão de que o Brasil, já faz algum tempo, perdeu, sim, o rumo do crescimento, tendo mostrado uma taxa média de variação do PIB, na última década, de apenas -0,6% a.a., após taxas médias de 2,6 e

3,9% a.a. nas duas décadas precedentes. Ou seja, revelou um comportamento recente típico de “voo de galinha”, em que, como já vimos aqui em outros momentos do passado, após alçar voo relativamente alto no início, o país acaba perdendo o fôlego e conclui o percurso à frente com uma taxa de crescimento médio bem mais baixa. Tenho dito e repetido que, na raiz do problema brasileiro, está a desabada dos investimentos em infraestrutura, variável-chave que explica, em boa medida, o que acontece com o PIB, algo que ocorreu especialmente no âmbito público. Notem que a parcela pública desses investimentos tinha alcançado o ponto máximo de 5,1% do PIB no final dos anos 1980, e a melhor estimativa disponível para 2022 aponta para 0,6% do PIB, que desastre!... Ou

seja, desde o final dos anos 1980, os investimentos públicos em infraestrutura terão caído 4,5 pontos percentuais do PIB, algo ao redor de R\$ 392 bilhões, e, portanto, nada desprezível. Por sua vez, os investimentos privados nesse segmento têm girado em torno da média de 1,1% do PIB, incluindo 2022, longe da explosão que autoridades econômicas daqui imaginavam que ocorreria nesse item (ou seja, de um esperado boom de investimentos estrangeiros, que nunca ocorreu). Por trás dessa queda, está a disparada dos deficits previdenciários da grande maioria dos entes públicos, que ocorreu especialmente de 2006 para cá, por fatores demográficos e outros, entes esses que se viram instados a cortar pesadamente os investimentos para

não prejudicar os pagamentos a aposentados e pensionistas. Tanto assim que, se jogarmos as luzes sobre a evolução dos gastos previdenciários por grande grupo de entidades públicas, de 2006 até 2017, encontraremos as seguintes taxas de crescimento real: estados, 93%; regime geral (INSS), 79,5%; União, 45,7%; e o PIB, 23,5%. Ou seja, o problema previdenciário se agigantou, e passou a merecer atenção especial. Diante da gravidade desse estado de coisas, acabamos, felizmente, evoluindo para, via Emenda 103/19, estabelecer a obrigação de os entes promoverem o equilíbrio financeiro e atuarial de seus regimes previdenciários (ou seja, zerar tanto os deficits anuais como o passivo atuarial), algo a ser “comprovado por meio de garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente que, juntamente

com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios”. O ente que não comprovar o equilíbrio financeiro e atuarial ficará sem receber o certificado de regularidade previdenciária (CRP), e, portanto, vedado de receber transferências voluntárias da União. Nesse contexto, é indispensável complementar o que se costuma chamar de “segregação das massas” dos participantes nos regimes, ou seja, fazer a transição gradativa de um regime de reparação simples (como vários casos de peso ainda existentes) para um outro totalmente capitalizado (ou de passivo atuarial nulo), em adição à implementação de várias mudanças específicas. Tudo se passa como se o processo fosse começar de novo de um jeito sustentável. Cria-se um plano novo, chamado de previdenciário, que passará a conviver por

um determinado período com o antigo plano financeiro, que logo em seguida entra em extinção. O grande drama é que esse é um processo que tem como consequência natural um elevado “custo de transição”, pois, enquanto as receitas do plano financeiro começam a encolher, o novo plano passa a operar de forma equilibrada com seus novos entrantes. Em face disso, um valor equivalente a essa perda se constituiria em uma pressão financeira adicional nas contas do ente público respectivo. Aqui não há espaço para hesitar: a saída é fazer uma “transferência de vidas” do velho plano financeiro para o novo plano previdenciário, das pessoas na faixa etária mais elevada que antes tivessem seus gastos cobertos pelas contribuições dos novos entrantes, juntamente com um aporte de ativos estaduais de valor equivalente para cobrir suas aposentadorias no novo abrigo.